

Mulheres Exploração Tráfico Trabalho Disque100 Sexual Políticas Órgãos

INFORMATIVO

ETP

Enfrentamento Internacional SDH SPM MJ Escravo Pessoas Infantil Ligue180 Nacional Crianças

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

EDIÇÃO 2 - Nº 16 - Outubro 2013 - PUBLICAÇÃO INTERMINISTERIAL

MJ LANÇA PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA DO BRASIL

Brasília, 18/10/2013 - Uma pesquisa inédita divulgada, pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), revela informações a respeito do tráfico de pessoas nas áreas de fronteira do Brasil. O "Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil" mostra as modalidades mais comuns do crime, o modo de ação dos traficantes, as características da ação criminosa nos 11 estados de fronteira e indica encaminhamentos concretos para que sejam desenvolvidas políticas públicas na área de atendimento às vítimas e repressão aos criminosos. A pesquisa mostra que pelo menos 475 pessoas, no período de 2005 a 2011, foram vítimas do tráfico de pessoas. A maioria delas é de mulheres entre 18 a 29 anos e adolescentes. Estes são os registros oficiais feitos junto a órgãos policiais. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, definiu o crime como "subterrâneo" por conta da falta de registros junto aos órgãos policiais. "A pesquisa detecta uma cultura permissiva que legitima a consumação do crime. Sem números, há uma dificuldade para que aconteça uma investigação eficiente e o combate efetivo ao tráfico", destacou o ministro. O estudo observa grande incidência de tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo no Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em alguns casos, índios são usados na produção de uva, maçã, cebola e cana de açúcar, na pecuária e construção civil ou ainda no transporte de drogas entre estados e países. A pesquisa é resultado de implementação de um conjunto de ações iniciadas em 2012 com o objetivo de que os diagnósticos encontrados nos estudos fossem revertidos em políticas públicas eficientes e concretas. Durante o lançamento da pesquisa, o Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, lembrou que, para 2013 há etapas desse planejamento, quase todas já devidamente cumpridas. Entre elas estão a assinatura do decreto governamental; criação de um grupo interministerial para garantir as ações; diagnóstico nacional de estatísticas sobre tráfico de pessoas; lançamento da campanha Coração Azul em três etapas; protocolo padrão de atendimento integrado às vítimas de tráfico de pessoas; e escolha de membros do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), instituído pelo decreto presidencial.



Fonte: ACS/MJ

LANÇAMENTO DO COMITÊ SOCIAL CORAÇÃO AZUL RIO



No último dia 21, ocorreu o Ato de Lançamento do *Comitê Social Coração Azul contra o Tráfico de Pessoas*, no Auditório da PUC-Rio, com a presença do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do Secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, do Reitor da PUC-Rio, Josafá Siqueira, do Oficial de Projetos do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes, Nívio Nascimento, do Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Zaquie

Teixeira, da Presidente do Comitê Social da Campanha Coração Azul, Marília Guimarães, da escritora, Glória Perez, bem como de representantes desta Coordenação e do Núcleo e Posto do Estado do Rio de Janeiro. Esse é o início de mais uma etapa da difusão da Campanha do Coração Azul, lançada pelo Ministério da Justiça, em 09 de maio deste ano. Nessa etapa a Secretaria Nacional de Justiça pretende incentivar a criação de comitês sociais locais em todo o Brasil para disseminar informação e gerar consciência contra a mercantilização da vida humana.

Fonte: CETP/ DEJUS/ SNJ/ MJ

Colóquio: Tráfico de Pessoas para fins de trabalho escravo e direitos humanos no âmbito da Reunião Especializada dos Ministérios Públicos do Mercosul

Nos dias 3 e 4 deste mês, em Foz do Iguaçu/ PR, a Diretora do Departamento de Justiça, Fernanda dos Anjos, participou da reunião especializada dos Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM). O evento teve como principal objetivo ampliar o debate regional juntamente com a sociedade civil, organismos internacionais e instituições governamentais, considerando a necessidade de adoção de medidas preventivas que contribuam para o enfrentamento do tema.

Fonte: CETP/ DEJUS/ SNJ/ MJ

VIII Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados e a Capacitação Itineris: Formação de Multiplicadores no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil



Nos dias 14 e 15 deste mês, em Brasília/ DF, o Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), por meio da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizou a VIII Reunião Técnica dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados, para o alinhamento das atividades desenvolvidas pela rede de atendimento, conforme ações previstas na Política e no II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nos dias 16 a 18 de outubro, foi realizada pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), por meio da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em parceria com o *Internacional Centre for Migration Policy Development* – ICMPD, e apoio da União Européia, a Capacitação Itineris para

a formação de multiplicadores no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil. A pedagogia e o teatro do oprimido, métodos criados respectivamente pelo educador Paulo Freire e o diretor de teatro Augusto Boal nas décadas de 1960 e 70 foram às bases para a terceira edição da Capacitação Itineris. Entre os dias 16 e 18 de outubro, os coordenadores de 18 núcleos e postos avançados da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas participaram em Brasília (DF) de atividades lúdicas, que servirão de modelo para formar grupos que atuem na prevenção desse crime em seus Estados.

Fonte: CETP/ DEJUS/ SNJ/ MJ

PF desencadeia operação Garina para reprimir tráfico de mulheres

São Paulo/SP – A PF deflagrou na manhã do dia, 24/10, a Operação Garina (significa menina na gíria de Angola) para desarticular organização criminosa que traficava mulheres brasileiras para Angola, a fim de prostituí-las para clientes de elevado poder econômico. Foram cumpridos 16 mandados judiciais: 5 de prisão e 11 de busca e apreensão nas cidades de São Paulo, São Bernardo do Campo, Cotia e Guarulhos. Além destes presos, dois estrangeiros que se encontram no exterior, também integrantes do grupo criminoso, tiveram prisão decretada pela Justiça Federal e seus nomes foram incluídos na lista mundial de procurados pela Interpol (difusão vermelha). Ao longo da investigação, iniciada há um ano, obteve-se provas de que as vítimas eram aliciadas pelo grupo criminoso em casas noturnas paulistanas, mediante promessa de pagamento de US \$ 10 mil dólares para se prostituírem pelo período de uma semana. Brasileiras do meio artístico receberam até U\$ 100 mil para se relacionar sexualmente com um rico empresário e ex-parlamentar de Angola. Estima-se que a organização criminosa movimentou aproximadamente US \$ 45 milhões de dólares com o tráfico internacional de mulheres desde 2007. Os investigados serão indiciados por crime de participação em organização criminosa, tráfico internacional de pessoas, favorecimento à prostituição, rufianismo, estelionato, cárcere privado e perigo para a vida ou saúde de outrem, cujas penas máximas somadas podem atingir 31 anos de prisão.

Fonte: Comunicação Social da Polícia Federal em São Paulo

MTur apoia campanha contra o tráfico de pessoas

Uma de suas ações é mobilizar as agências de viagens para que colaborem com as medidas de prevenção. Para o Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinicius Lummertz, este crime e violações contra a liberdade e direitos humanos requerem atenção de todos. “Somos todos fiscais e devemos ficar atentos aos sinais e indícios desta violência, denunciando sempre”. “Traficar pessoas por meio do turismo é uma das maiores violações de direitos humanos”, disse o coordenador geral de Proteção à Infância do MTur, Adelino Neto.

FONTE: MTur

Parceria com o MEC na Reunião Técnica sobre Formação Continuada

Nos dias 17 e 18 deste mês, na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal - EAPE, a Coordenadora Substituta do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Lucicleia Souza e Silva Rollemberg, participou da abertura da reunião técnica sobre formação continuada. Os principais objetivos da reunião foram discutir informações sobre o fluxo e formato da nova Rede Nacional de Formação Continuada, debater a reformulação dos currículos dos cursos de formação continuada voltadas a profissionais de educação e discutir parâmetros para a construção e o acompanhamento de projetos, visando potencializar o impacto dos mesmos em articulação com outros programas e ações. A coordenadora participou da mesa redonda sobre tráfico de pessoas, no sentido de orientar os coordenadores de cursos das universidades federais brasileiras a incluírem a temática do tráfico de pessoas nos currículos dos cursos que envolvam Direitos Humanos.

Fonte: CETP/DEJUS/SNJ/MJ

Expediente

Publicação Interministerial

Ministério da Justiça
Secretaria de Políticas para as Mulheres
Secretaria de Direitos Humanos
Textos: CETP/DEJUS/SNJ/MJ
Realização: Secretaria Nacional de Justiça
Distribuição Eletrônica
Envie suas críticas e sugestões para:
traficodepessoas@mj.gov.br
www.mj.gov.br/traficodepessoas

Secretaria de
Direitos Humanos

Secretaria de
Políticas para as Mulheres

Ministério da
Justiça

